

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

15
Agosto
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA tem regras fugueis

Annibal critica mandato de 10 anos no STF

◀ O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Annibal de Rezende Lima, avalia de forma negativa a proposta de instituir um mandato de dez anos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com repercussões ainda em outras instituições, como o próprio TJES, que teria um quinto dos desembargadores com permanência no cargo também limitada a dez anos.

Para Annibal, a medida não traria prejuízos práticos para a atividade do Judiciário, mas afetaria a segurança jurídica.

“Isso fere a Constituição Federal e evidentemente que tanto quanto

menos mexer na Constituição, melhor para a segurança jurídica do país”, afirmou o desembargador à reportagem.

“Sob o aspecto de prejuízo no exercício da jurisdição, não (não seria um problema). Mas acho que toda reforma da Constituição é ruim, pressupõe que alguma coisa não funcionou bem até um certo tempo e isso é ruim para as instituições democráticas”, complementou.

Hoje, os membros dos tribunais somente deixam os cargos, obrigatoriamente, ao completarem 75 anos. O mandato de dez anos foi aprovado pela Comissão da Reforma Política, na Câmara



Desembargador Annibal durante solenidade no TJES

dos Deputados, mas para sair do papel precisaria ainda ser aprovado pelo plenário da Casa em dois turnos e depois receber a chancela dos senadores,

também em dois turnos.

HORA ERRADA

A declaração do presidente do TJES foi feita ontem em entrevista após a

SEGURANÇA

“Quanto menos mexer na Constituição, melhor para a segurança jurídica do país”

ANNIBAL DE REZENDE LIMA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

solenidade de cessão do Edifício das Fundações, por parte do governo do Estado, para abrigar o Fórum Criminal de Vitória (leia mais na página 22). O governador Paulo Hartung (PMDB), presente

ao evento, também criticou a inserção do mandato de dez anos para membros do Supremo no texto da reforma política.

“Isso pode ser discutido em outro tempo, na minha visão. Não agora. Precisamos estudar mais isso, fazer uma avaliação melhor. Tem países que funcionam bem com as Cortes superiores com mandato? Tem. Mas precisamos estudar melhor. Não é numa crise complicada como essa que estamos vivendo onde, queiramos ou não, as Cortes superiores passaram a ter um protagonismo, que acho que tenha que mexer nisso. Acho que é a hora errada”, afirmou o governador. (Leticia Gonçalves)

SÓ EM 2019

TJES planeja mudança do Fórum Criminal de Vitória

Governo cedeu Edifício das Fundações, na Cidade Alta, para abrigar Varas do Poder Judiciário

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

No primeiro semestre de 2019 os Fóruns Cível e Criminal de Vitória devem ter novo endereço. O governo do Estado cedeu ontem um espaço – o Edifício das Fundações, na Cidade Alta – para abrigar as Varas criminais. Outro prédio, o Edifício Jerônimo Monteiro, localizado na avenida

de mesmo nome, no Centro de Vitória, será o destino das cíveis. Esse imóvel foi cedido pelo governo federal há cerca de quatro meses.

Tanto o Edifício das Fundações quanto o Jerônimo Monteiro, no entanto, têm que passar por reformas para receber as unidades do Judiciário. De acordo com o diretor do Fórum de Vitória, juiz Marcelo Menezes Loureiro, os prédios atuais ficarão vazios após a mudança para os novos locais e também serão reformados. Ho-



VITOR JUBINI

Escadarias do Fórum Criminal, na Cidade Alta

je, as Varas da Fazenda Pública já não funcionam na Cidade Alta e sim em salas alugadas no Edifício Vértice, na Enseada do Suá.

As condições do Fórum de Vitória chegaram a tal ponto que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chegou a cogitar a interdição da estrutura.

FUNDAÇÕES

O Edifício das Fundações possui 10 pavimentos. A área total é de 3 mil m². O local já foi ocupado pela Fundação Espírito Santen-

se do Bem-Estar Social (FESBEM), pelo Teatro Estúdio e pela TV Educativa. Também abrigou os gabinetes dos deputados estaduais no período em que a Assembleia Legislativa funcionava no que hoje é o Palácio Sônia Cabral.

Hoje, no térreo do edifício, está a galeria de arte Homero Massena. O presidente do TJES, Annibal de Rezende Lima, garantiu que vai manter a galeria no mesmo espaço. A cessão do prédio valerá por 25 anos, podendo ser prorrogada.



HARTUNG, diante do desembargador Annibal de Rezende Lima, assina convênio de cessão de prédio (destaque)

Governo cede prédio para ampliar Fórum

Trinta mil processos das varas criminais do Fórum de Vitória irão para o Edifício das Fundações, de 4 mil m² de área e nove andares

Tiago Alencar

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) e o governo do Estado assinaram ontem um convênio de cessão de imóvel, que levará nove varas judiciais para o Edifício das Fundações, localizado na Cidade Alta, em Vitória.

Situado ao lado do próprio Fórum da capital, o prédio vai abrigar apenas as unidades judiciárias da esfera criminal. No total, mais de

30 mil processos serão remanejados para o local.

O documento de cessão do espaço foi assinado no Salão Nobre do TJ-ES, pelo presidente da Corte, desembargador Annibal de Rezende Lima, e pelo governador do Estado, Paulo Hartung (PMDB).

Agora, o Tribunal terá um prazo de quatro meses para iniciar as reformas do edifício, que tem nove andares e 4.000 m² de área.

Questionado sobre os custos que a cessão do prédio acarretariam para o Estado, Hartung destacou que não vai haver gastos. "Estamos cedendo o edifício da maneira que ele se encontra hoje. O Tribunal será responsável pela parte de reformas do lugar", disse.

Já o presidente do TJ-ES destacou que a doação do prédio vem em uma boa hora, já que o Fórum de Vitória estava prestes a ser in-

terditado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por conta da condição precária na qual se encontra, com sobrecarga de varas e demais setores. "Estávamos em uma situação delicada, prestes a sermos punidos pelo CNJ", ressaltou.

O prazo de reforma do prédio está estimado em quatro meses, segundo o TJ-ES.

Com a cessão do Edifício das Fundações, as varas cíveis e criminais, 55 no total, que atualmente ocupam dois prédios na Cidade Alta, serão distribuídas entre quatro imóveis.

O TJ-ES também conseguiu, no início deste ano, da Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU/ES), a doação do Edifício Jerônimo Monteiro, próximo à Praça Oito, em Vitória, para o funcionamento de 12 unidades judiciárias.

ENTENDA O CASO

Convênio

> O GOVERNO do Estado assinou um convênio de cessão de um prédio de nove andares para o TJ-ES abrigar nove varas criminais.

> A CESSÃO do espaço, segundo o presidente do TJ-ES, desembargador Annibal de Rezende Lima, vai impedir que o Fórum de Vitória seja interditado por questões de falta de estrutura para abrigar as mais de 50 unidades judiciárias do Juízo da capital.

> COM A DOAÇÃO do espaço pelo governo, mais de 30 mil ações criminais serão transferidas para o local, que também abrigará demais setores ligados às respectivas varas.

> O PRAZO DE REFORMA do prédio está estimado em quatro meses, segundo o TJ-ES.

> O EDIFÍCIO das Fundações fica localizado na Cidade Alta, ao lado do Fórum Criminal de Vitória, no centro de Vitória.

Hartung e Annibal criticam mandato no Supremo

O governador do Estado, Paulo Hartung (PMB), afirmou ontem que o trecho da reforma política que estipula em 10 anos o tempo de mandato de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) não era para ser discutido agora.

A medida visa acabar com o modelo vigente, que garante que integrantes do Judiciário fiquem na função até a aposentadoria compulsória, aos 75 anos, mas com cargos vitalícios, caso dos desembargadores, por exemplo.

"Acho inoportuno tratar dessa questão dentro de uma reforma política. Não é viável votar em algo que não foi discutido com profundidade", ressaltou Hartung, acreditando haver temas mais urgentes.

Já o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Annibal



PLENÁRIO do STF: limite do mandato

de Rezende Lima, disse que a proposta é inconstitucional, que fere um direito adquirido. "É uma medida que fere a Constituição Federal, que mexe em direitos conquistados", avaliou. A medida ainda será votada na Câmara Federal.

Tribunal de Justiça planeja mudança do Fórum Criminal de Vitória

Governo cedeu Edifício das Fundações, na Cidade Alta, para abrigar Varas do Poder Judiciário

No primeiro semestre de 2019 os Fóruns Cível e Criminal de Vitória devem ter novo endereço. O governo do Estado cedeu nesta segunda-feira (14) um espaço – o Edifício das Fundações, na Cidade Alta – para abrigar as Varas criminais. Outro prédio, o Edifício Jerônimo Monteiro, localizado na avenida de mesmo nome, no Centro de Vitória, será o destino das cíveis. Esse imóvel foi cedido pelo governo federal há cerca de quatro meses.

Tanto o Edifício das Fundações quanto o Jerônimo Monteiro, no entanto, têm que passar por reformas para receber as unidades do Judiciário. De acordo com o diretor do Fórum de Vitória, juiz Marcelo Meneses Loureiro, os prédios atuais ficarão vazios após a mudança para os novos locais e também serão reformados. Hoje, as Varas da Fazenda Pública já não funcionam na Cidade Alta e sim em salas alugadas no Edifício Vértice, na Enseada do Suá.

As condições do Fórum de Vitória chegaram a tal ponto que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chegou a cogitar a interdição da estrutura.

FUNDAÇÕES

O Edifício das Fundações possui 10 pavimentos. A área total é de 3 mil m². O local já foi ocupado pela Fundação Espírito Santense do Bem-Estar Social (FESBEM), pelo Teatro Estúdio e pela TV Educativa. Também abrigou os gabinetes dos deputados estaduais no período em que a Assembleia Legislativa funcionava no que hoje é o Palácio Sônia Cabral.

Hoje, no térreo do edifício, está a galeria de arte Homero Massena. O presidente do TJES, Annibal de Rezende Lima, garantiu que vai manter a galeria no mesmo espaço. A cessão do prédio valerá por 25 anos, podendo ser prorrogada.

Deputados reiniciam votação de mudanças no sistema político-eleitoral

Os membros da comissão aprovaram na última semana o texto base do relator

A Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 77/03, que trata de mudanças no sistema político-eleitoral, retoma nesta terça-feira (15) a votação das sugestões de alteração ao texto do substitutivo apresentado pelo relator da reforma política na Câmara, deputado Vicente Cândido (PT-SP).

Estão pendentes de votação dois destaques. Um visa retirar a permissão para que um candidato dispute mais de um cargo, majoritário e proporcional, em um mesmo pleito. O outro destaque pretende suprimir o artigo que estabelece que o suplente de senador seja o deputado federal mais votado do partido.

Os membros da comissão aprovaram na última semana o texto base do relator, mas incluíram na proposta o voto majoritário, conhecido como distritão, pelo qual ganha o candidato que receber mais votos. O novo modelo valerá para as eleições de 2018 e 2020, como uma transição para a adoção do voto distrital misto em 2022.

O chamado distritão permite que deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, antes eleitos de forma proporcional considerando os partidos e coligações, passem a ser escolhidos pelo número absoluto de votos, da mesma forma como são eleitos prefeitos, governadores e o Presidente da República.

No relatório inicial, Cândido propôs a manutenção do sistema atual para 2018 e 2020 e, a partir de 2022, a adoção do voto distrital misto, que combina votos majoritários e em lista preordenada dos partidos. A sugestão, no entanto, foi rejeitada pela maioria dos deputados da comissão.

Do texto original proposto pelo relator, os deputados aprovaram a criação de um fundo público com a previsão de R\$ 3,6 bilhões para financiar as campanhas eleitorais a partir do ano que vem. Os parlamentares mantiveram também a sugestão de estabelecer um mandato temporário de 10 anos para ministros do Poder Judiciário.

Além de rejeitar o sistema eleitoral proposto por Cândido, os deputados também divergiram da proposta de extinguir os cargos de vice para os cargos de prefeito, governador e Presidente da República, além da forma de eleição de vereadores a partir do sistema distrital misto.

Concluída a votação na comissão especial, a proposta deve seguir para plenário. Como se trata de emenda à Constituição, para ser aprovada precisa de pelo menos 308 votos do total de 513 deputados.

Financiamento privado e coletivo

Ainda nesta terça-feira, após o encerramento da votação da PEC 77/03, os deputados podem retomar a análise de um projeto de lei ordinária que altera a legislação eleitoral e partidária que está sob análise em outra comissão especial que trata da reforma política. Cândido também é relator desta comissão.

O deputado apresentou no semestre passado três relatórios parciais, dos quais dois já foram aprovados pela comissão. O primeiro propõe a regulamentação dos mecanismos de democracia direta, como referendos, plebiscitos e a apresentação de projetos de iniciativa popular.

O segundo relatório já apreciado pela comissão uniformiza em 4 meses os prazos de desincompatibilização ou afastamento de candidatos de diferentes cargos ou funções públicas.

O terceiro é o que está pendente de votação e trata das novas regras para financiamento privado das campanhas eleitorais. De acordo com o voto do relator, as doações de pessoas físicas em dinheiro ficam fixadas, em 2018, a 10% dos rendimentos brutos do doador.

Limite

O valor não pode ultrapassar o total de R\$ 10 mil para cada cargo em disputa. Há ainda a previsão de coleta de recursos por meio do chamado crowdfunding, financiamento coletivo na internet.

Na última versão protocolada pelo relator, também figura a proposta de criação da habilitação prévia das candidaturas. A ideia é antecipar o processo de registro dos candidatos para dar mais tempo para a Justiça Eleitoral julgar todas as candidaturas antes das datas do pleito.

Nesse período de pré-registro, o candidato pode ser atingido pela Lei da Ficha Limpa. O projeto também prevê a possibilidade de propaganda eleitoral paga na internet.

As mudanças eleitorais analisadas nesta comissão serão apresentadas por meio de projeto de lei, por não envolverem alterações na Constituição. O projeto também deve ser apreciado em plenário

Fim das coligações

A Câmara ainda tem uma terceira comissão especial que analisa mudanças no sistema político-eleitoral e deve voltar a se reunir na próxima quinta-feira (17). É a comissão da Proposta de Emenda à Constituição – PEC - 282/2016, que propõe o fim das coligações partidárias para eleições proporcionais, estabelece normas sobre fidelidade partidária e acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário.

A relatora proposta é a deputada Sheridan (PSDB-RR), que apresentou o parecer na última semana. O projeto substitutivo apresentado pela parlamentar prevê a formação da federação de partidos que tenham o mesmo programa ideológico no lugar das coligações partidárias que vigoram atualmente nas eleições proporcionais.

O substitutivo estabelece ainda que não há obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

Outro ponto que Sheridan incorporou à proposta foi a perda do mandato em caso de desfiliação partidária, inclusive para suplentes e detentores dos cargos de vice-presidente, vice-governador ou vice-prefeito. A deputada propõe que este ponto, se aprovado, já deve valer a partir do resultado das eleições do ano que vem.

Cláusula de desempenho

De acordo com o substitutivo elaborada pela deputada, a partir de 2030, somente os partidos que obtiverem no mínimo 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, terão direito aos recursos do Fundo Partidário. Para terem acesso ao benefício, os partidos também deverão eleger pelo menos 18 deputados distribuídos em pelo menos um terço dos estados.

O mesmo critério será adotado para definir o acesso dos partidos à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. A mudança, no entanto, será gradual, começando pelo piso de 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018, chegando a 2%, em 2022, e a 2,5% em 2026, até alcançar o índice permanente de 3% em 2030.

Os membros da comissão devem voltar a se reunir na próxima quinta-feira (17), depois de respeitado o prazo de duas sessões no plenário em cumprimento ao pedido de vista coletivo feito na semana passada pelos deputados.

A expectativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é que pelo menos o conjunto de propostas da reforma política já esteja apto para apreciação em plenário a partir da semana que vem.

O objetivo é votar as mudanças eleitorais na Câmara até o fim de agosto e encaminhá-las o quanto antes ao Senado. Para que as novas regras tenham validade nas eleições do ano que vem, os projetos devem ser aprovados pelo Congresso até o dia 7 de outubro.

 lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



A fila anda

O Tribunal de Justiça já pagou a 25 servidores da Assembleia o precatório de 11,98%.

Vereador que acusou Juninho de ter mansão é condenado pela Justiça

Sergio Camilo (PSC) faz oposição ao prefeito de Cariacica na Câmara

O vereador de Cariacica Sergio Camilo (PSC) foi condenado pela Justiça a pagar danos morais e a se retratar publicamente com o prefeito do município Juninho (PPS), por ter afirmado falsamente que ele moraria em uma mansão no Morro do Moreno, em Vila Velha.

Na decisão, da última quarta-feira, o juiz José Augusto Farias de Souza determinou o pagamento de R\$ 5 mil de indenização ao prefeito, com juros e correção. Determinou ainda que Camilo faça uma retratação em post público e em sua página e perfil pessoal do Facebook, deixando a publicação pelo período mínimo de 30 dias. Por fim, ordenou que a retratação também seja feita no plenário da Câmara, em discurso mínimo de 1 minuto, em sessão pública sob pena de multa de R\$ 500 por dia.

“Qualquer vereador pode ser oposição, a quem quer que seja, mas de forma qualificada, responsável”
Prefeito Juninho

O prefeito afirma que o vereador começou a fazer tais declarações desde 2014. “Ele insistia em dizer que eu tinha mansão, de forma agressiva, insistente e até em tom pejorativo. Afirmou isso de todas as formas, pela internet e também na Câmara. Até que em 2016 decidi entrar com uma ação contra ele para que provasse que eu tenho o imóvel”, contou.

De acordo com Juninho, ele possui dois lotes no Morro do Moreno há 19 anos, e nos terrenos há apenas uma “tentativa de fazer uma casa, com os pilares”.

Após o processo ter início, foi decidido que o vereador não deveria ser responsabilizado pelos danos morais, em primeira instância. Mas o prefeito recorreu e conseguiu reverter a decisão. “O dano moral eu irei doar para a Casa de Apoio Campo Grande, que cuida de pessoas com Aids. Qualquer vereador pode ser oposição, a quem quer que seja, mas de forma qualificada, responsável. E ele estava agindo de forma irresponsável e com mentiras”, declarou Juninho.

O vereador Sérgio Camilo foi procurado durante toda a tarde e noite desta segunda-feira (14), mas não atendeu as ligações nem respondeu as mensagens da reportagem.

Polícia prende acusado de tocar o terror em bairros da Serra

Thiefler de Paula Barreto, o TH, 21 anos, confessou ter ajudado a executar um rapaz, é acusado de ser autor de outro assassinato e investigado em mais dois casos

Apontado como um indivíduo perigoso pela Polícia Civil, Thiefler de Paula Barreto do Nascimento, o TH, 21 anos, foi preso, no início da manhã desta segunda-feira (14), no bairro Carapina Grande, na Serra. Ele confessou ter participado de um assassinato e possui mandado de prisão por ser autor de mais uma morte.

Além desses dois homicídios, ele é investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra em outros dois casos.

Thiefler ajudou a matar João Vitor Barcelos Brito de Souza, 19, dentro de um condomínio residencial, em janeiro deste ano, no bairro André Carloni. A Justiça expediu mandado de prisão contra Thiefler por este crime. “As investigações apontaram a participação dele junto com Victor Cruz, que já foi preso. É um indivíduo que provoca terror entre os moradores da região de Carapina e André Carloni”, pontuou o delegado Rodrigo Sandi Mori, da DCCV de Serra.

Em depoimento, Thiefler confessou ter participado da emboscada e da execução de Paulo Roberto Ramos Mota, em abril. Na ocasião, Thiefler e mais dois amigos levaram Paulo do bairro de Fátima até Central Carapina, onde executaram a vítima a tiros. Os comparsas dele nesse crime, Wallace Silva de Almeida, 22, e Deivid Bener da Silva, 34, e Igor do Rosário Pereira, o Igor Doido, já estão no presídio aguardando julgamento desde quando foram presos pela equipe da DCCV de Serra. Igor foi localizado pela polícia em abril e é apontado como mandante do crime, pois mantinha desavenças com Paulo Roberto. Já Wallace e Deivid foram parar atrás das grades no início de agosto.

No final da tarde desta segunda-feira (14), Thiefler foi levado para o Centro de Detenção Provisória de Viana.

Batalha na Justiça até por camisola

THIAGO COUTINHO - 02/08/17

Advogados relatam histórias curiosas de pessoas que travaram lutas judiciais por conta de porco, galo e até um garfo sem valor

Tainá Campos

Ex-casais brigando por um porco. Irmãos no tribunal por causa de um galo. Um garfo simples considerado "objeto de família". Uma camisola considerada objeto afetivo. Sem contar uma senhora de 80 anos querendo obter fotos sensuais "de graça".

Esses foram alguns dos casos que cidadãos do Estado levaram à Justiça. Os relatos foram feitos por advogados que consideraram as causas curiosas e algumas até engraçadas.

A especialista em Direito de Família Juliana Gava Carlini explicou que, em casos de família, na maioria das vezes, ainda existe muito sentimento envolvido por uma das partes. "O que observamos é que, em muitas das vezes, a pessoa tenta dificultar até última instância só pelo prazer de importunar o outro", explicou.

A advogada Ivone Vilanova, especializada na área de família, relatou que em uma das partilhas de um jovem casal, ficou determinado que o guarda-roupas da família e tudo o que continha dentro dele ficaria com o homem.

Além das roupas masculinas, dentro do guarda-roupa havia uma camisola velha da mãe da ex-mulher.

O ex-marido se negava a devolver alegando que, assim como a camisola tinha um valor sentimental para ela, para ele também tinha e queria guardar a roupa da ex-sogra como recordação.

Segundo a advogada, o processo foi longo e só com muita conversa foi possível fazer com que o ex-marido abrisse mão da camisola da ex-sogra.

"É um desgaste desnecessário. É nítido que a outra parte quer de alguma forma prorrogar porque não está bem resolvida em relação ao término do relacionamento", explicou Ivone Vilanova.

Já em outros casos, segundo o advogado e diretor da Vara Cível de Vila Velha, André Palhano, a facilidade que se tem para entrar com um processo no juizado contribui para que casos curiosos como esses aconteçam com mais frequência.

De acordo com ele, em caso recente, um advogado entrou com uma ação contra Joesley Silva, dono do grupo JBS, alegando que os problemas pessoais que ele tem enfrentado em sua vida são por conta do rombo que empresa deu aos cofres públicos do País.

A petição está em situação indeferida devido ao fato de o advogado não ter conseguido mostrar de forma efetiva que a empresa é, de fato, responsável pelo seu desequilíbrio emocional.



A ADVOGADA Ivone Vilanova avalia que alguns casos levam a desgaste desnecessário. "É nítido que a outra parte quer de alguma forma prorrogar porque não está bem resolvida em relação ao término do relacionamento"

ALGUMAS HISTÓRIAS



ARTE: ANDRÉ FELIX

Briga por um garfo

Em uma partilha de bens entre um casal, quando tudo estava praticamente resolvido, uma das partes voltou atrás e exigiu que fosse feita a devolução de um garfo.

A parte alegava que o objeto era um bem familiar, mesmo sabendo

que o garfo não tinha nenhum valor financeiro.

Para que o processo pudesse ser encerrado, foi necessário realizar uma audiência de reconciliação para a devolução. A outra parte concordou e, após a devolução, o processo foi concluído.

Idosa de 80 anos lutou por fotos sensuais

Uma senhora de 80 anos entrou na Justiça para obter gratuitamente as fotos feitas em um ensaio sensual fotográfico realizado em um shopping. Nas fotos, a senhora

tirou fotos seminua com chales e peles.

Como a loja negou, ela entrou com uma ação alegando que tinha sido lesada. No seu entendimento, como foi convidada a realizar as fotos, ela tinha direito de ter todas as fotos de graça.

Afinal, o galo de estimação foi para a panela ou não?

Um homem entrou na Justiça pedindo danos morais e materiais por conta da morte de seu galo de estimação. Ele alegava que a irmã teria sido a responsável por matar o

animal, que ela teria usado para fazer um prato.

Na conclusão do processo, entendeu-se que o galo morreu por motivo natural.

Porco disputado

Em uma partilha de bens, ficou determinado que o sítio da família seria dividido ao meio e nessa partilha entrariam também os animais.

Por conta da quantidade, as galinhas e as vacas puderam ser divididas igualmente. Já o porco, por ser

só um, foi motivo de briga e fez o processo se arrastar durante meses no tribunal.

Para encerrar o caso, o juiz determinou que o porco seria assado em um churrasco para ele. Só assim o casal aceitou e o processo pôde ser concluído.



Advogado contrata pistoleiro e é morto a tiro

Fernando Ghio recebeu R\$ 30 mil para acertar a morte de empresário. Pistoleiro contou à vítima e acabou matando o contratante

Alessandro de Paula
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O assassinato do advogado Fernando da Costa Ghio, 35 anos, com um tiro na cabeça dentro do carro dele no dia 14 de julho, em Cachoeiro de Itapemirim, sofreu uma reviravolta ontem, 30 dias após o assassinato.

Quatro homens foram presos pelo homicídio. Entre eles, Leonardo Pretti Porto, 40, que, segundo a polícia, teria sido contratado por Fernando para matar o empresário César Júnior Almeida dos Santos, dono da Almeida Joias, 29, que também acabou preso.

Leonardo foi detido quando participava do velório de um familiar. Os demais presos ontem foram Creison Ribeiro da Silva, 31, e Anderson Cleyton Fardim, 36, dono da Pimenta Prata, outra loja de joias. Ele é irmão de César Júnior.

De acordo com o delegado Guilherme Eugênio Rodrigues, responsável pela investigação, os quatro tiveram mandados de prisão expedidos pela Justiça e estão presos no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Cachoeiro.

"A pretensão era matar o empresário Cesar Júnior. No entanto, Leonardo Pretti, em vez de levar adiante o serviço, procurou Celso e o irmão e expôs o plano que vinha



CARRO DO ADVOGADO Fernando Ghio (destaque) saiu da pista e capotou, depois que ele levou um tiro na cabeça



sendo tramado para matá-lo", afirmou o delegado.

De acordo com a polícia, Fernando receberia R\$ 30 mil pela morte de César e ofereceu R\$ 15 mil para Leonardo executar o serviço. O advogado teria pago R\$ 5 mil adiantados e o restante acertaria depois do crime.

"Porém foi tramada uma emboscada. Leonardo deveria atrair a vítima (advogado) para um encontro com o pretexto de receber o restante do dinheiro. Fernando foi ao local combinado acreditando, in-

clusive, que César estaria morto", destacou o delegado.

Ainda segundo o delegado, além dos quatro presos há um quinto

“A pretensão era matar César Júnior. Leonardo, em vez de levar adiante o serviço, procurou Celso e o irmão e expôs o plano”

Delegado Guilherme Eugênio

envolvido no crime, que não terá o nome divulgado, porque não teve mandado de prisão expedido pela Justiça. Ele é um contador e contratou Fernando para providenciar a morte de César, seu cliente.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES), Homero Mafra, elogiou o empenho da polícia e afirmou que a instituição continuará acompanhando o caso.

"Esperamos que as pessoas que participaram desse bárbaro homicídio sejam punidas", disse.

Mandante confessa, mas não está preso

Mesmo confessando que contratou o advogado Fernando da Costa Ghio, 35, para mediar a morte do empresário César Júnior Almeida dos Santos, 29, o mandante do crime, cujo nome não foi divulgado pela polícia, não teve mandado de prisão expedido pela Justiça.

"Ele confessou que mandou matar por não querer mais trabalhar para o César e estar se sentindo ameaçado. Esse profissional conta que o César sonhava muito imposto, tinha prática tributária inadequadas e ele não podia compen-

do Guilherme Eugênio Rodrigues, que explicou:

"A Justiça entendeu que não é cabível a prisão, porque o crime que ele ordenou não foi iniciado. É uma questão jurídica", destacou.

A polícia, os irmãos empresários César Júnior e Anderson

Cleyton alegam que não queriam matar Fernando, mas dar um susto nele e fazer com que confessasse o nome do mandante.

"Eles compraram gasolina e uma corda. Por isso, a informação de que queriam dar um susto não convenceu", disse o delegado.

Os acusados pela polícia



CÉSAR JÚNIOR



ANDERSON FARDIM



CREISON RESENDE



LEONARDO PRETT

COMO FOI O CRIME

Emboscada

► FERNANDO da Costa Ghio foi morto com um tiro na cabeça enquanto dirigia seu Honda Fit na Rodovia do Contorno, no dia 14 de julho.

► SEGUNDO A POLÍCIA, ele foi atraído para uma emboscada montada por Leonardo Pretti Porto, e os irmãos César Júnior Almeida dos Santos, e Anderson Cleyton Fardim.

► PRETT marcou com Fernando na Rodovia do Frade. Ele estava acompanhado de Creison Ribeiro da Silva.

► FERNANDO levou um pedreiro como companhia. Pegou Leonardo e Creison e seguiu adiante.

► SEGUNDO A POLÍCIA, ao saber que poderia ser morto, o advogado largou o volante e tentou segurar a arma das mãos de Creison, que atirou.

► O CARRO saiu da pista e capotou. Os autores saíram e entraram numa caminhonete. O pedreiro sobreviveu.